

Partidos e coalizões no Rio Grande do Sul: questões de governabilidade e representatividade*

Augusto Neftali Corte de Oliveira**

Doutor em Ciência Política, Pesquisador em Ciência Política da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Resumo

Os sistemas partidários são considerados peças essenciais da arquitetura política das democracias representativas contemporâneas. Em uma abordagem também válida para o nível subnacional, o sistema partidário compõe a dinâmica da governabilidade, na medida em que estrutura a relação entre o governo (executivo) e o parlamento. Por outro lado, ao animar o jogo entre oposição e situação, ele oferece condições para uma gestão democraticamente responsiva aos interesses dos cidadãos. A presente investigação dedica-se a analisar o sistema partidário do Rio Grande do Sul (1982-2015), com foco especial na sua contribuição para a governabilidade estadual (Governo e Assembleia Legislativa). Destacam-se, como desafios, o aumento do número de partidos no Parlamento, bem como a engenharia das coalizões políticas.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; partidos políticos; governabilidade

Abstract

Party systems are considered essential parts of the political architecture in contemporary representative democracies. In an approach that is also valid to the sub-national level, the party system is part of the dynamics of governability, as it structures the relation between the government (executive) and the parliament. On the other hand, as the party system animates the game between opposition and situation, it provides conditions for a government to be democratically responsive to the interests of citizens. This study is dedicated to the party system of the State of Rio Grande do Sul from 1982 to 2015, focused on its contribution to the state governability (Government and Legislative Assembly). Relevant challenges include an increase in the number of parties in the Parliament and the engineering of political coalitions.

Keywords: Rio Grande do Sul; political parties; governability

Introdução

Este artigo apresenta uma aproximação ao subsistema partidário do Rio Grande do Sul a partir das eleições para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS) e para Governador do Estado, bem como a dinâmica partidária da relação entre os poderes no período compreendido entre 1982 e 2015. Em uma leitura funcional dos sistemas políticos liberais democráticos, os partidos políticos são considerados organizações especializadas na agregação de interesses presentes na sociedade e no recrutamento de líderes políticos. Um sistema partidário, por sua vez, deve ser capaz de fornecer uma estrutura para a competição eleitoral e para a formação dos governos. Não obstante, como repara King (1969), em distintos contextos, os partidos desempe-

* Artigo recebido em 04 jul. 2016.
Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

** E-mail: augusto.oliveira@fee.tche.br
Ressalvando sua responsabilidade pela presente versão do artigo, o autor agradece as contribuições dos colegas do Núcleo de Políticas Públicas da FEE, dos pareceristas anônimos e dos revisores da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

nam diferentes papéis, nem sempre correspondentes aos que lhes são atribuídos pela teoria democrática contemporânea.

Portanto, embora os partidos formalmente possuam o monopólio da representação política, eles podem ser instrumentos mais úteis ou menos úteis na organização das eleições e dos governos. Na presente investigação, dois conceitos são articulados para o escrutínio do papel desempenhado pelos partidos e pelo sistema partidário gaúcho na vida política do Estado: governabilidade e representatividade. Por governabilidade, compreende-se a contribuição do sistema partidário na estruturação dos acordos políticos e na gestão do Estado, considerando-se o papel dos partidos na coordenação dos atores individuais (Governador e parlamentares). Por representatividade, aborda-se a capacidade de o sistema partidário fornecer aos cidadãos indicadores confiáveis sobre o comportamento habitual e futuro dos atores políticos individuais que compõem os quadros das agremiações.

Buscando-se inserir nesta discussão, a primeira seção realiza uma introdução às noções de governabilidade e representatividade. Em seguida, aborda-se a fragmentação do sistema partidário gaúcho ao longo dos últimos 30 anos, no que concerne às eleições para a Assembleia Legislativa. As seções seguintes procuram investigar a existência de padrões de comportamento entre os partidos políticos e a permanência desses padrões no período de análise. A terceira seção apresenta uma visão sobre os cortes ideológicos que podem ser estabelecidos na leitura do sistema partidário gaúcho a partir de 1994, bem como da estrutura das coligações partidárias formadas no âmbito das eleições para Governador do Estado. Percebe-se a existência de dois polos antagônicos no RS e um conjunto de agremiações apoiando um ou outro polo em diferentes momentos. A quarta seção procura analisar a existência do jogo de coalizões em uma dinâmica polarizada na ALERGS. São estudadas as votações em plenário de projetos ligados à questão tributária de interesse dos Governadores no período 1994-2015. O comportamento dos partidos nesse exercício representa a dinâmica de polarização já observada nos momentos eleitorais. Na conclusão, discutem-se alguns desafios para a estruturação partidária da política gaúcha, em especial em termos da governabilidade e da representatividade do sistema político do Rio Grande do Sul.

1 Introdução aos conceitos de governabilidade e representação

Do ponto de vista da governabilidade, os partidos políticos modernos passaram a organizar o comportamento dos políticos eleitos, impondo certo nível de disciplina ou coesão na hora de decidir as inovações legislativas ou os contornos da defesa e da oposição ao governo nos parlamentos. Na dimensão governamental da política, os partidos estabelecem limites mais definidos entre os membros da situação e da oposição nos parlamentos, guiando seu comportamento e sinalizando para o governo e para os eleitores quando um representante foge da visão do partido (Müller, 2000). Por meio das bancadas dos partidos, os líderes dos governos podem não apenas mensurar sua capacidade de aprovar inovações legislativas, como passaram a negociar e articular soluções possíveis de serem aprovadas. É muito mais fácil realizar esse tipo de negociação com os líderes partidários, que comprometem as bancadas, do que com cada parlamentar individualmente. Os partidos diminuem os custos da negociação na organização e do dia a dia do governo.

À medida que os governos passam a se organizar por meio dos partidos políticos de situação e oposição, uma vantagem surge para o eleitor em termos de economia de informação: torna-se mais fácil para ele testar e julgar o desempenho dos políticos de eleição para eleição. Conhecer algumas legendas e saber qual é a responsável pelo governo é muito mais palpável para um eleitor contemporâneo do que identificar redes de relacionamento informais e responsabilidades de atores particulares no sistema político. As agremiações políticas aumentam a transparência do governo perante os eleitores e permitem que eles testem opções partidárias no transcurso dos mandatos, de eleição para eleição. Pertencer a um partido socialista ou conservador, social-democrata ou democrata-cristão, por exemplo, tornou-se uma forma de sinalizar para o eleitorado um conjunto pré-concebido de preferências que podem ser avaliadas e cotejadas. Nesse sentido, o partido forma, com maior ou menor consistência, uma ideologia que se associa ao nome, aos símbolos e aos líderes da agremiação. O eleitor passou a poder escolher um político certificado pelo partido como aderente a valores que correspondem às preferências sociais, econômicas, morais ou religiosas com os quais se identifica. Os partidos promoveram uma radical diminuição nos custos de informação presentes em uma eleição, aumentando a representatividade do sistema político.¹

¹ Essa noção de representatividade está assentada sobre o critério da clareza de responsabilidade dos atores políticos. A existência de mecanismos de responsabilização dos partidos políticos por suas ações é central na noção de um governo responsivo aos interesses dos cidadãos. Entretanto, parte da literatura contrapõe o ideal da clareza de responsabilidade aos mecanismos capazes de levar ao debate pú-

Não são poucos, portanto, os incentivos para que a dinâmica política recorra à forma dos partidos políticos, como a estruturação, nem são negligenciáveis suas vantagens em termos de controle popular sobre o governo (representatividade) e a efetividade da gestão pública no âmbito dos órgãos eleitos (governabilidade).

A fragmentação do sistema partidário é um dos fatores que desafiam a utilidade dos partidos no sistema político enquanto estruturadores da competição política. Se o número de partidos importantes que competem em uma eleição for muito elevado, pode-se esperar que os processos acima descritos não se tornem presentes.² As eleições podem perder seu caráter de competição ideológica ou programática (razoavelmente orientada por bens públicos genéricos), recorrendo diretamente aos candidatos e suas redes particulares. Informalmente, os partidos passariam a ser substituídos por outras organizações de interesses (corporações públicas e privadas, sindicatos, igrejas, clubes, organizações não governamentais e assistenciais, etc.), e as políticas públicas não poderiam ser discutidas entre os líderes partidários, mas precisariam contar com a colaboração de cada um dos parlamentares individualmente em uma situação muito mais aberta para os interesses corporativos presentes na sociedade, em antagonismo aos interesses coletivos difusos. Como resultado dessas dinâmicas, o sistema partidário deixaria de contar com sinalizadores úteis para a efetividade das preferências dos representados, diminuindo a capacidade das eleições constituírem um meio de realizar a representação dos interesses dos eleitores. Do ponto de vista da governabilidade, ela se torna mais onerosa com o aumento dos custos da transação do jogo político.

2 A fragmentação do sistema partidário gaúcho nas eleições para a Assembleia Legislativa, no período 1982-2014

O bipartidarismo artificialmente imposto no Brasil pela ditadura militar foi extinto em 1979, dando origem a um sistema pluripartidário que, ao longo das últimas três décadas, se tornou um dos mais fragmentados do mundo. Nas eleições de 2014, nada menos do que 30 partidos ofereceram candidaturas para a ALERGS. Desses, 15 chegaram à Assembleia com ao menos uma cadeira, aumentando sua fragmentação para o mais alto patamar já observado.

O indicador mais difundido do fracionamento partidário em eleições e, também, em casas legislativas, foi composto por Laakso e Taagepera (1979). O simples número de partidos políticos que competem em eleições ou compõem as casas legislativas pode não expressar adequadamente o grau de fracionamento desses espaços. Torna-se necessário ponderar o tamanho relativo de cada partido, objetivo pelo qual os autores propõem o indicador Número Efetivo de Partidos Parlamentares (NEPP)³.

Como apontam os dados do Gráfico 1, a legislatura da ALERGS eleita em 2014 é aquela na qual o maior número de partidos conseguiu uma vaga. Também é a que assumiu com o maior fracionamento partidário desde 1982.

Após o período inicial de saída do bipartidarismo do regime militar (1982-86), o número de partidos eleitos para a Assembleia Legislativa gaúcha manteve-se entre oito e 11 nos pleitos ocorridos entre 1990 e 2010. Apenas em 2014, elegeu-se um número muito superior, o de 15 agremiações políticas, na Assembleia Legislativa. O fracionamento partidário do legislativo gaúcho sentiu o efeito desse aumento. Mesmo com quedas, o NEPP exibiu uma tendência de aumento entre 1990 e 2014, quando comparado com os índices dos anos anteriores: 1998 e 2014. Nessa última eleição, o indicador alcançou o altíssimo número de 8,4 partidos parlamentares efetivos.

O fenômeno da fragmentação partidária ocorre em nível nacional, não apenas no Rio Grande do Sul. Com as eleições de 2014, o NEPP da Câmara dos Deputados do Brasil atingiu 13,2, configurando o maior valor obtido no levantamento mundial realizada por Gallagher (2015). Se comparada aos parlamentos nacionais, a legislatura da ALERGS eleita em 2014 colocaria a Assembleia entre os parlamentos mais fragmentados do mundo. No entanto, o Rio Grande do Sul não é exceção perante os outros estados brasileiros, que também exibem elevado número efetivo de partidos parlamentares. Embora o contexto nacional pareça fundamental para a compreensão dos sub-

blico uma gama mais diversificada de interesses e, nesse sentido, em tese, mais próxima da diversidade política realmente existente. Para a discussão entre esses dois valores, ver Powell (2000).

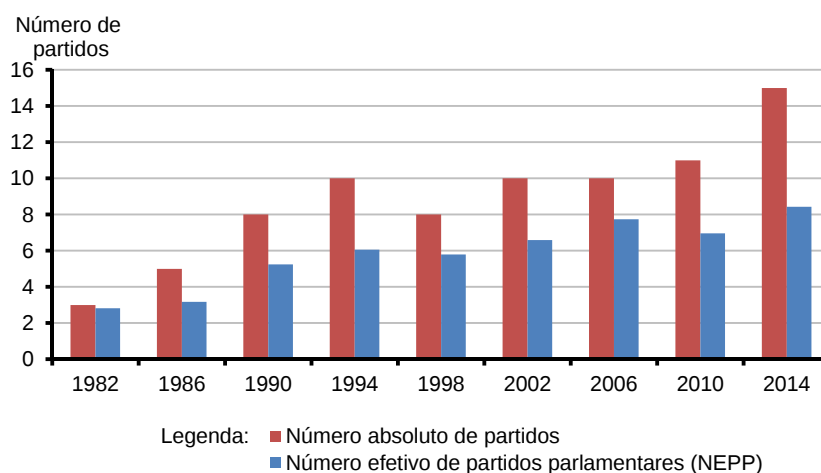
² Um problema dessa interpretação é determinar quantos partidos configuram um número grande de partidos. Sartori (1982, p. 150), por exemplo, aponta que a existência de 10 ou 20 partidos denunciaria a atomização do sistema partidário, situação na qual o comportamento de um partido deixa de ter reflexo sobre como os outros vão se comportar, tornando sem sentido a noção de sistema partidário.

³ Os autores propõem a seguinte fórmula: $N = 1 / \sum_{i=1}^n P_i^2$, na qual P é a fração de cadeiras obtidas pelo partido N sobre o total de cadeiras da casa legislativa em análise.

-sistemas partidários estaduais brasileiros, o foco desta pesquisa está concentrado na experiência do Rio Grande do Sul.

Gráfico 1

Número Efetivo de Partidos Parlamentares (NEPP) e número absoluto de partidos eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul — 1982-2014

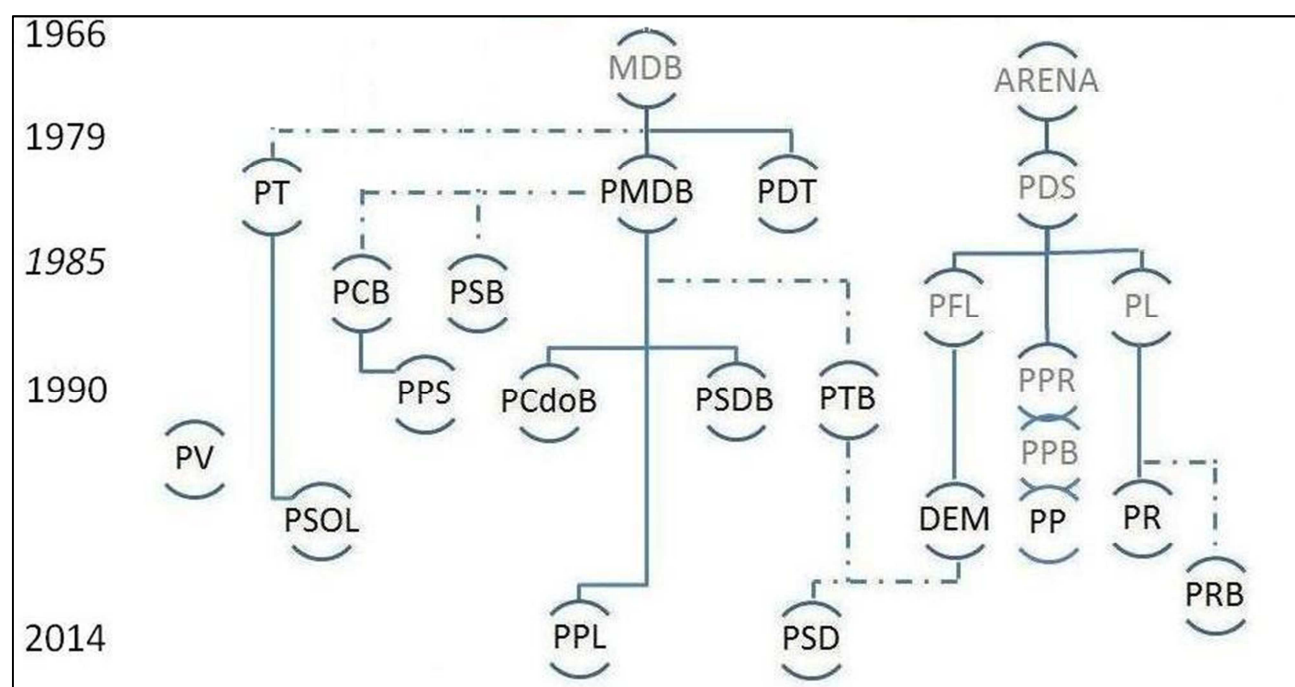


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2016).
Brasil (2016a).

A trajetória dos partidos políticos no período recente ajuda a compreender como ocorreu a fragmentação do sistema partidário gaúcho. Para uma abordagem mais ampla, consultar Oliveira (2016a). A Figura 1 apresenta uma síntese dessa trajetória. Ela destaca exclusivamente os partidos que obtiveram representação na Assembleia Legislativa via eleições e suas origens quando provenientes de outras agremiações. Em níveis local e nacional, os partidos podem ter formações diferentes da apresentada.

Figura 1

Diagrama dos partidos políticos do Rio Grande do Sul — 1966-2014



FONTE: Oliveira (2016a).

A abertura para o pluripartidarismo ocorreu em 1979, com a extinção das legendas criadas durante o regime militar. A primeira eleição estadual sob o novo sistema partidário ocorreu em 1982. Na ALERGS, o Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) dividiu-se em duas agremiações logo após a abertura para o pluripartidarismo: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em um segundo momento, na década de 80, foram reorganizados o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que existiam antes da supressão do sistema partidário de 1945. Alguns integrantes do PMDB atuaram na refundação desses partidos. Nos movimentos que sucederam a queda da União Soviética, a maior fração do PCB criou o Partido Popular Socialista (PPS), mas essas experiências se mantiveram eleitoralmente marginais no Estado.⁴

Outras duas agremiações surgiram da ruptura do PMDB e passaram a lançar candidaturas próprias para a Assembleia Legislativa em 1990: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB gaúcho recebeu a filiação de uma deputada estadual do PMDB. No Rio Grande do Sul, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado anteriormente em São Paulo, passa a ter maior expressão em 1990, após o deputado estadual Sérgio Zambiasi ter deixado o PMDB e migrado para o PTB. Uma última ramificação do PMDB ocorreu nas eleições de 2014, quando foi fundado o Partido Pátria Livre (PPL). O PDT também foi fracionado pela formação do pequeno Solidariedade (SD) em 2013, partido que não obteve representação na Assembleia em 2014.

Já a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) manteve-se unida na formação do Partido Democrático Social (PDS), em 1979. Entretanto, após o movimento das Diretas Já e da eleição indireta para Presidente da República de 1985, surgiram também, no Rio Grande do Sul, o Partido da Frente Liberal (PFL) e, de menor importância, o Partido Liberal (PL). O PDS experimentou fusões com agremiações menores e mudanças de nome na década de 90, passando pelas seguintes nomenclaturas: Partido Progressista Renovador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e o atual Partido Progressista (PP). O PFL também foi refundado como Democratas (DEM), e o PL, como Partido Republicano (PR). Em nível nacional, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) foi fundado por membros do PL, mas, no Rio Grande do Sul, essa agremiação foi criada por derivações de outros partidos. A partir de integrantes do DEM e do PTB, formou-se recentemente o Partido Social Democrático (PSD) no Estado.

Juntamente com os partidos legados dos antigos MDB e ARENA — PMDB, PDT e PP —, o Partido dos Trabalhadores (PT) disputou todas as eleições em âmbito estadual desde 1982. O PT também se formou após a reabertura, com uma origem principalmente extraparlamentar, mas também a partir de quadros que militavam no MDB. Algumas agremiações pequenas surgiram de rupturas do PT, como o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que permanecem marginais em termos eleitorais no Estado. Após a chegada do PT à Presidência da República, uma fração um pouco mais expressiva de dissidentes petistas formou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que chegou à Assembleia Legislativa nas eleições de 2014. Outra agremiação de origem extraparlamentar que chegou ao Parlamento gaúcho em 2014 foi o Partido Verde (PV), fundado nos anos 90.

A migração partidária de deputados estaduais no curso das legislaturas permite a formação e extinção de bancadas na Assembleia Legislativa, o que também pode impactar o fracionamento da Casa legislativa. Na atual legislatura, iniciada em 2015, ocorreram duas migrações relevantes: o único deputado estadual do PR migrou para o Partido Social Cristão (PSC), e uma nova bancada foi formada com o partido Rede Sustentabilidade (Rede) a partir de uma migração proveniente do PDT. A formação da Rede ocasionou o aumento da fragmentação da Casa legislativa gaúcha, de maneira que o NEPP passou de 8,4 (calculado no momento eleitoral) para 8,8, alcançando a marca de 16 partidos atuando na Casa.

Das quatro agremiações que compunham o sistema eleitoral gaúcho em 1982 — PMDB, PDT, PP e PT —, chegou-se, no âmbito das eleições para a Assembleia Legislativa de 2014, a um quadro muito mais fragmentado. Em especial, os sucessores mais diretos dos partidos existentes no regime militar, o PMDB e o PDS (e suas subseqüentes siglas: PPR, PPB e PP), fragmentaram-se em diversas opções partidárias e perderam bastante do peso eleitoral que apresentaram já nas primeiras eleições para a Assembleia Legislativa. Em 1982, 77% dos votos válidos, e, em 1986, 65% dos votos válidos. Em 2014, PMDB e PP alcançaram juntos 27% dos votos válidos nas eleições para a ALERGS.

O PDT, que surgiu como uma terceira força, alcançou em média 20% do sufrágio para a ALERGS entre 1982 e 1990. Depois, entre 1994 e 2014, o partido obteve um desempenho eleitoral mais modesto, na ordem de 13% em média. Já o PT, que surge como um pequeno partido em 1982 e só consegue eleger bancada na eleição seguinte, em 1986, realiza uma trajetória de ascensão eleitoral ininterrupta até 2002, quando perfaz 22% dos votos para a Assembleia Legislativa. Com votação mais instável entre os anos 2006 e 2014, o PT realizou uma votação média de 20%. Em conjunto, as quatro agremiações iniciais — PMDB, PDS (e subseqüentes denominações: PPR,

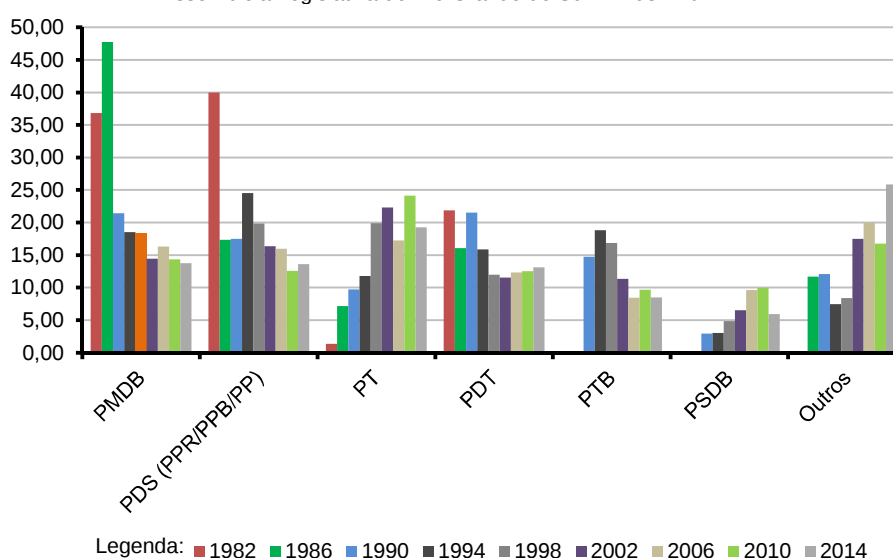
⁴ O PPS ganha maior importância eleitoral a partir de 2001, com a migração de importantes lideranças do PMDB (Gerchmann, 2001). As próximas referências ao PPS são válidas a partir dessa data.

PPB e PP), PDT e PT — deixaram de somar 88% dos votos válidos nas eleições para a ALERGS de 1986 para concentrar cerca de 70% entre 1990 e 1998, representando o percentual máximo de 65% entre 2002 e 2010 e o de 60% em 2014.

Em que pese a queda do total de votos obtidos por esses partidos, eles mantiveram ao longo de 1982-2014 uma importância eleitoral elevada nos casos do PMDB, do PDS (PPR, PPB e PP) e do PDT, comparativamente aos outros partidos. Já o PT, embora pequeno no início do período, consolidou-se como primeira opção partidária nas eleições para a ALERGS de 1998 até 2014. O PFL (posteriormente DEM, como afirmado anteriormente) iniciou sua trajetória em 1986, com relevância eleitoral (9% dos votos válidos), mas não voltou a repetir essa marca. O PTB apresentou um desempenho elevado entre as eleições de 1990 e 1998, mas passou a realizar votações menos importantes desde então, mantendo-se como um partido menor se comparado às quatro agremiações referidas. O PSDB também realizou votações relevantes em 2006 e 2010, mas, em 2014, voltou ao desempenho mais modesto, similar às eleições anteriores. O Gráfico 2 apresenta o percentual de votos válidos obtidos pelas principais agremiações nas eleições para a ALERGS.

Gráfico 2

Percentual de votos válidos, por partidos selecionados, em eleições da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul — 1982-2014



Legenda: 1982 1986 1990 1994 1998 2002 2006 2010 2014
 FONTE: Brasil (2016).
 Brasil (2016a).

Sobre a trajetória dos partidos gaúchos e os desempenhos eleitorais estudados, pode-se concluir que o sistema partidário gaúcho, em âmbito estadual, passou por transformações relevantes, mas estruturadas no sentido da existência de três partidos que mantiveram sua importância superior frente às demais agremiações: PMDB, PDS e sucedâneos e PDT. Outro elemento estruturador leva à inclusão do PT nesse grupo, uma vez que o partido aparece como força em ascensão até 2002 e, portanto, desafiante. Nenhum dos diversos partidos que irromperam no sistema partidário gaúcho nesses 30 anos, com exceção do PFL e do PTB, conseguiram conquistar mais de 3% dos votos nas primeiras eleições que disputaram para a Assembleia Legislativa. Isso parece demonstrar certa resiliência no papel das quatro agremiações iniciais como forças organizadoras do sistema partidário do Rio Grande do Sul, em que pese a fragmentação partidária observada no período.

3 Ideologia e coalizões no sistema partidário gaúcho

Um dos elementos úteis para se compreender o funcionamento de um sistema partidário é o posicionamento ideológico das agremiações que o compõem. Usualmente, os partidos políticos são classificados quanto a sua ideologia em um eixo unidimensional esquerda e/ou direita. Tais exercícios são úteis para interpretações do mercado político, ou seja, das relações competitivas que se estabelecem entre as agremiações pela busca do voto no momento eleitoral. Agremiações que se aproximam ideologicamente podem entabular estratégias de competição

por um conjunto do eleitorado com preferências semelhantes ou podem estabelecer coligações frente ao campo rival. Em se tratando de sistemas multipartidários com abertura institucional para tanto, as ideologias fazem parte da imagem dos partidos políticos, sendo mais um elemento pelo qual podem ser reconhecidos e comparados pelos eleitores.⁵

No nível nacional, existem classificações ideológicas dos partidos a partir de *survey* com congressistas (Power; Zucco Junior, 2009; Universidad de Salamanca, 2012). No âmbito do Rio Grande do Sul, o estudo de Dias, Menezes e Ferreira (2012) foca na análise dos projetos de lei encaminhados pelas lideranças partidárias na Assembleia Legislativa entre 2003 e 2006. São poucas as diferenças substanciais da classificação dos partidos no Rio Grande do Sul quando comparada à brasileira; afora as diferentes metodologias. Basicamente, o PPS gaúcho parece se posicionar mais à direita do que o brasileiro, enquanto o DEM gaúcho está localizado menos à direita do que o nacional. O PSDB nacional, em algumas avaliações, pode ser considerado um partido de centro-direita, ao passo que, na análise da ALERGS, aparece no centro. Também são notadas pequenas alterações nas posições ocupadas pelos partidos de esquerda (PT, PSB, PCdoB e PDT). Uma vez que Dias, Menezes e Ferreira (2012) oferecem a melhor aproximação disponível para a ideologia dos partidos gaúchos, o Quadro 1 parte dessa classificação e a complementa com as de âmbito nacional para localizar a ideologia das agremiações em esquerda ou direita.

Quadro 1

Classificação ideológica dos partidos políticos

ESQUERDA		CENTRO-ESQUERDA		CENTRO			CENTRO-DIREITA		DIREITA
PT	PSB	PCdoB	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PPS	DEM	
PSTU PSOL PCB		PV		outros partidos				PP	

FONTE: Dias, Menezes e Ferreira (2012).
Power e Zucco Junior (2009).
Universidad de Salamanca (2012).

Considerando-se que essas posições decorrem de análises recentes, sua aplicação para as situações anteriores deve ser vista com ressalvas. Como já foi mencionado, desde 1994 ocorreram importantes transformações no sistema partidário. Ainda assim, não é descabida a inferência de que a formação inicial do sistema partidário gaúcho contemporâneo — PT, PDT, PMDB e PP — apresentava uma distribuição bastante ampla no que concerne à abrangência ideológica. A amplitude ideológica do sistema partidário gaúcho equivale à brasileira, com a ausência de agremiações relevantes nos campos mais extremos da direita. Porém, ao contrário do cenário nacional, mais volátil e fragmentado, as quatro agremiações referidas mantiveram, ao longo dos últimos 20 anos, um papel predominante: na esquerda, o PT conquistou em média 19% dos votos em cada eleição para a Assembleia Legislativa; na centro-esquerda, o PDT conquistou 13%; o PMDB, em uma posição centrista, realizou em média 16%; e, mais próximo à direita, o PP realizou em média 17% da votação.

A divisão ideológica não é transportada diretamente para o jogo político gaúcho. Na prática, as lideranças partidárias buscam formar coalizões que atravessem os limiares dos campos ideológicos antagônicos. Para analisar a dinâmica das alianças partidárias no Rio Grande do Sul, é possível tomar como ponto de partida as coligações realizadas para as eleições do Governador do Estado e as entabuladas durante os mandatos dos eleitos (Quadro 2). Essa análise, em virtude dos critérios já discutidos, opta por circunscrever-se às eleições compreendidas entre 1994 e 2014.

Nos últimos 20 anos, a política partidária gaúcha organizou-se em torno de dois polos: um centralizado no PT, outro em sua oposição (anti-PT). A polarização é uma característica que atravessa a história da política partidária gaúcha, como atestam Trindade e Noll (1991) ao interpretarem a disputa entre os republicanos e os federalistas ou libertadores na República Velha, e entre o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e as forças contrárias (anti-PTB) na democracia do período 1945-64.

⁵ Uma ideologia política — em uma acepção contemporânea — pode ser compreendida como a articulação de símbolos e noções que trabalha no sentido de conectar as percepções de indivíduos que compartilham determinadas condições, e, especialmente, suas expectativas para o futuro, com um conjunto de proposições de políticas públicas destinadas a manter ou alterar uma sociedade (Mullins, 1972). Do ponto de vista do sistema partidário (mercado eleitoral), a ideologia surge como fator da competição entre os partidos políticos (Sartori, 1982).

Quadro 2

Coligações para candidaturas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul— 1994-2014

ANO	1. ^a COLIGAÇÃO	2. ^a COLIGAÇÃO	3. ^a COLIGAÇÃO	4. ^a COLIGAÇÃO
1994	PMDB , PL, PSDB	PT , PSTU, PPS, PSB, PV, PCdoB	PPR , PFL	PDT
1998	PT , PCdoB, PSB, PCB	PMDB , PPB, PSDB, PL, PFL, PTB	PDT	-
2002	PMDB , PSDB	PT , PCdoB, PCB	PPS , PFL, PDT, PTB	PPB
2006	PSDB , PFL, PPS, PL	PT , PCdoB	PMDB , PTB	PP
2010	PT , PR, PSB, PCdoB	PMDB , PDT	PSDB , PP, PRB, PPS	-
2014	PMDB , PPS, PSD, PSB	PT , PCdoB, PTB, PR, PPL	PP , PSDB, PRB	PDT , DEM, PV

FONTE: Brasil (2016).

Brasil (2016a).

NOTA: 1. Coligações em ordem decrescente de votos obtidos nas eleições para o Governo do Estado.

2. Em negrito, o partido do candidato a Governador do Estado.

Nesse período, o PCdoB foi a única agremiação que participou de todas as eleições para Governador do Estado coligada ao PT. As agremiações que formam o polo anti-PT são identificadas por não terem composto nenhuma chapa para disputar o Governo do Estado com o PT e por terem-se mantido na oposição durante os mandatos dos Governadores petistas Olívio Dutra e Tarso Genro (com exceção do PPS antes de sua encampação por dissidentes do PMDB em 2001). O PMDB mostrou-se capaz de desempenhar o papel de liderança desse polo na maior parte das eleições para o Governo do Estado: foi o principal competidor do PT em cinco das seis eleições para o Executivo estadual ocorridas entre 1994 e 2014, vencendo três pleitos (Antônio Britto, Germano Rigotto e José Ivo Sartori). Entre o polo pró e o anti-PT encontra-se um conjunto de partidos que podem se coligar tanto com o PT quanto com seus opositores. Esse é o grupo interpolar (Quadro 3).

Quadro 3

Polarização no sistema partidário do Rio Grande do Sul

GRUPO EX-TRAPOLAR	POLO PRÓ-PT	GRUPO INTERPOLAR			POLO ANTI-PT		
PSOL PSTU PCB	PT PCdoB	PSB PR PRB PV PPL	PDT	PTB	PMDB	PSDB DEM PPS PSD	PP

Outra agremiação relevante do polo anti-PT é o PP, que apresentou candidatura própria em três das seis eleições para Governador no período, apoiou o PMDB em 1998 (Britto) e o PSDB em 2010 (Crusius). Agremiações menores do polo anti-PT, o grupo PSDB, DEM e PPS, possuem um papel secundário, mas relevante frente às duas agremiações maiores. O PSDB chegou a eleger a Governadora Ieda Crusius em 2006. Estas cinco agremiações (PMDB, PP, PSDB, DEM e PPS) são bastante flexíveis em suas coligações dentro do polo anti-PT, sendo que nas eleições estaduais compreendidas entre 1994 e 2014 todas elas chegaram a se associar, pelo menos uma vez, com cada uma das demais. Nesse grupo foi incluído também o PSD, partido que competiu pela primeira vez em 2014.

A principal agremiação do grupo interpolar é o PDT. Considerando-se exclusivamente as eleições para o Governo do Estado, o PDT preferiu apresentar candidaturas próprias em quatro das seis eleições ocorridas entre 1994 e 2014. Apoiou o PPS em 2002 (Britto) e o PMDB em 2010 (José Fogaça). O PDT não participou de nenhuma chapa ao Governo do Estado em associação como o PP, o PT ou o PSDB, por exemplo, embora tenha “fechado apoio” ao PT no segundo turno de 1998 (Jockyman, 1998) e participado das coalizões nos Governos Dutra e Genro (ambos do PT) e Crusius (PSDB). Portanto, o PDT revela-se uma força política importante no balanço de poder entre os polos pró e anti-PT, tanto no que concerne às eleições quanto à governabilidade.

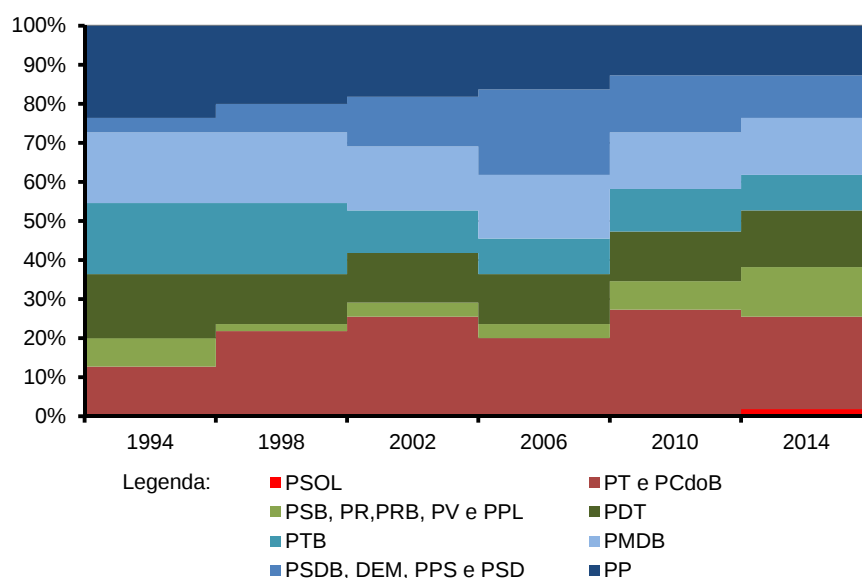
Ao lado do PDT, um conjunto de outros partidos também possui comportamento volátil entre os polos. Atualmente, partidos de tamanho intermediário como o PTB e o PSB trocaram de posição: enquanto o primeiro costumava alinhar-se ao campo anti-PT, recentemente apoiou a chapa do PT; o segundo, após uma longa trajetória de associação com o PT, preferiu apoiar o candidato do PMDB nas eleições para o Governo do Estado em 2014. Um conjunto de partidos menores como o PR, o PRB e o PV também se encontram nessa posição, podendo compor alianças durante as eleições com um ou outro polo, ou aceitar integrar a base de governo na Assembleia Legisla-

tiva, quer de um Governador eleito pelo PT, quer de um eleito pelo polo anti-PT. Por fim, um conjunto de pequenas agremiações de esquerda encabeçadas pelo PSOL não costuma se coligar com o PT, nem com o grupo anti-PT.

Uma vez formadas as bancadas na Assembleia Legislativa, quais coalizões permitiriam ao Governador eleito formar uma maioria parlamentar? Sozinhos, nem o binômio PT e PCdoB nem o polo anti-PT forma maioria em número de cadeiras no plenário da casa. O Gráfico 3 exibe a participação de cada um dos blocos listados no Quadro 3.

Gráfico 3

Bancadas partidárias na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul — 1994-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil (2016).
Brasil (2016a).

Para a formação da maioria a partir do PT durante o período compreendido pelas eleições de 1994 e 2002, seria necessária a participação quase total dos partidos do grupo interpolar. Na Assembleia constituída em 2006, o PT não conseguiu formar maioria. Já nas Assembleias formadas pelas eleições de 2010 e 2014, o polo pró-PT pôde constituir maioria a partir da participação dos maiores partidos do grupo interpolar: PDT, PSB e PTB. Formalmente, desde 1994, com exceção da legislatura eleita em 2006, para alcançar uma maioria parlamentar, o polo anti-PT precisou da participação de agremiações do grupo interpolar. Até 2014, o PTB seria suficiente para assegurar uma maioria de votos. Como se observará na próxima seção, entretanto, o espaço ocupado pelas bancadas partidárias não encerra o desafio de formar maiorias vencedoras na ALERGS.

4 Governadores e partidos na Assembleia Legislativa: análise dos projetos de aumento da alíquota de impostos

Para se estudar a dinâmica partidária no interior do Parlamento, torna-se útil uma aproximação aos modos como os diferentes partidos se comportam nas votações que ocorrem no plenário. Esse tipo de estudo costuma recorrer a um conjunto de votações no transcurso das legislaturas, agregando o comportamento dos parlamentares referente a projetos de lei que tratam de diferentes temáticas. Nesta pesquisa, optou-se por centralizar a investigação em um único tema de debate, aquele que ao longo dos diferentes governos parece ser capaz de colocar mais fortemente em questão as lealdades partidárias: o jogo de oposição e situação e suas divisões ideológicas. Trata-se das medidas encaminhadas pelos Governadores e relativas ao aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre determinados fatos geradores, por meio de alterações na Lei n. 8.820/1989.

Desde o Governo Britto, iniciado em 1995, todos os Governadores do Rio Grande do Sul propuseram à Assembleia Legislativa alterações dessa natureza. Os parlamentares, em especial os da base governista, ficam entre duas opções antagônicas: aceitar a proposta do Governo — não raro justificada pela necessidade de prover políticas públicas de qualidade aos cidadãos e pela necessidade de recursos para fazer frente aos compromissos do Estado — ou rejeitá-la, sob o peso de reações contrárias de seu eleitorado constituinte e de grupos de interesses importantes que não desejam o aumento da carga tributária. Dessa forma, as votações desse projeto são muito importantes para os Governadores e mobilizam, por parte da sociedade e do eleitorado, grande resistência.

Em pesquisa que analisou as gestões Britto, Dutra, Rigotto, Crusius e Genro, Picoletto (2016) revela os diferentes pressupostos e intenções buscadas pelos Governadores em suas propostas de alteração do ICMS. O referido trabalho pode ser consultado para uma análise das diferenças ideológicas entre os projetos sob uma perspectiva keynesiana. Os projetos relacionados são os seguintes: Britto (PMDB), com o Projeto de Lei (PL) 177/1997; Dutra (PT) com os PLs 314/1999, 259/2000 e 329/2001; Rigotto (PMDB) com o PL 335/2004; e Crusius (PSDB) com o PL 531/2006. Deve-se destacar que esse último PL foi apresentado ainda na gestão de Rigotto, a pedido da Governadora eleita, Crusius, sendo rejeitado por quase a unanimidade do Parlamento. O Governador Tarso Genro (PT) não encaminhou proposição para majorar a alíquota do ICMS aplicada ao comércio gaúcho interno, mas, autorizado por prévia decisão do Senado Federal, encaminhou o PL 288/2012 à ALERGS, com a intenção de tributar produtos industrializados importados e oriundos de outros estados. Por fim, o Governador Sartori (PMDB) encaminhou à Assembleia Legislativa o PL 320/2015, que, entre outras medidas, importou na elevação de alíquota do ICMS sobre alguns fatos geradores.

O Quadro 4 apresenta o percentual de apoio que os partidos presentes na Assembleia Legislativa ofereceram a cada uma das propostas relativas ao aumento da alíquota do ICMS apresentadas pelos Governadores. Em duas situações, a tabela informa a abstenção, quando a quase totalidade das referidas bancadas deixaram de votar.

Quadro 4

Apoio dos partidos aos projetos de lei para o aumento da alíquota tributária na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul — 1997-2015

GOVERNO	ANO	PARTIDO DO GOVERNO	PT E PCdoB	PSB E OUTROS	PDT	PTB	PMDB	PSDB E OUTROS	PP	TAXA DE APOIO(1)	RESULTADO
Britto	1997	PMDB	Abstenção	0	0	75	100	50	69	48	aprovado
Dutra	1999	PT	100	0	33	0	0	0	0	26	rejeitado
Dutra(2)	2000	PT	100	100	60	0	0	25	0	31	substituído
Dutra	2001	PT	100	0	43	33	20	0	20	39	rejeitado
Rigotto	2004	PMDB	0	50	57	100	100	67	40	50	aprovado
Crusius	2006	PSDB	0	0	0	0	33	0	0	5	rejeitado
Genro	2012	PT	100	100	100	100	Abstenção	33	14	63	aprovado
Sartori	2015	PMDB	0	86	100	0	100	67	43	50	aprovado
Média por partido do Governador		PT	100	50	59	33	5	15	9	40	-
		PMDB	0	45	52	58	100	61	51	49	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul (2016).

Rio Grande do Sul (2016a).

(1) Taxa de apoio recebida pela proposta considerando-se o total de 54 deputados estaduais (o Presidente não vota). (2) Votos contrários dados em plenário à Emenda n.º 11, que substituiu a proposta do Governo no Projeto de Lei n.º 259 de 2000.

O comportamento dos partidos políticos nas votações das medidas de aumento da alíquota do ICMS segue, em linhas gerais, o que se interpretou como dinâmica entre os polos pró-PT e anti-PT. O grupo de partidos interpolares mostrou-se essencial para que as medidas fossem aprovadas. Todos os parlamentares do PT e do seu aliado, o PCdoB, votaram pela aprovação das medidas tributárias oferecidas pelos Governadores petistas (Dutra e Genro) e contrariamente a todas as medidas oferecidas pelos Governadores Rigotto, Crusius e Sartori. Em 1997, todos os deputados do PT abstiveram-se de votar a proposta encaminhada por Britto. Portanto, nos projetos referidos, nenhum voto do polo pró-PT foi dado em favor das intenções dos Governadores do polo anti-PT.

Principal força do polo anti-PT nas eleições para Governador, a bancada do PMDB votou em uníssono todas as proposições encaminhadas pelos Governadores de seu partido (Britto, Rigotto e Sartori), rejeitando total ou majoritariamente as encaminhadas pelos mandatários do PSDB e do PT (na proposição encaminhada no Governo Genro, o PMDB absteve-se de votar). O comportamento do PP e do grupo PSDB, DEM e PPS faz jus à inclusão desses partidos no polo anti-PT. Todas as proposições encaminhadas pelos governos do PT foram rejeitadas pela

maioria expressiva dos deputados filiados a esses partidos. Por outro lado, o apoio dessas agremiações aos Governadores do PMDB (Britto, Rigotto e Sartori) não é garantido, pois foi parcial em todos os casos.

Como visto, o grupo de partidos considerados como interpolares compreende o PDT, o PTB e o agregado PSB, PL (posteriormente PR), PRB, PV e PPL. Excluindo-se o projeto encaminhado por Crusius, a única circunstância em que todo o conjunto interpolar votou unido foi favoravelmente à proposição de Genro. Com o grupo interpolar unido, a votação dessa proposta possui a taxa de apoio mais elevada entre as propostas analisadas, mesmo com a abstenção do PMDB e o apoio minoritário dos demais partidos do polo anti-PT. O conjunto interpolar também foi decisivo para a aprovação de todas as iniciativas relacionadas ao ICMS de Governadores do PMDB (Britto, Rigotto e Sartori), compensando a adesão parcial de partidos do polo anti-PT. Os maiores partidos, PDT e PTB, em diferentes momentos puderam apoiar e rejeitar tanto propostas encaminhadas por Governadores do PT quanto do PMDB, mas chama a atenção a coesão das bancadas a partir do Governo Rigotto (no PTB) e Crusius (no PDT).

A média de apoio dado pelos partidos aos projetos encaminhados pelos Governadores do PT (Dutra e Genro) e do PMDB (Britto, Rigotto e Sartori) fortalece a interpretação de que as agremiações se comportam, no plenário da Assembleia Legislativa, em um padrão próximo ao observado na formação das coligações eleitorais e coalizões de governo. O grupo de partidos interpolares alcançou apoio para os Governadores dos dois partidos, e o grupo de partidos anti-PT ofereceu um apoio muito escasso aos Governadores do PT. Contudo, os partidos do polo anti-PT, embora se comportem de maneira semelhante ao rejeitar as propostas encaminhadas por Governadores do PT, não exibem a mesma unidade quando se trata de apoiar as medidas encaminhadas pelos Governadores do PMDB. O comportamento do PP ilustra essa falta de unidade. Quer por razões de diferença ideológica (o PP é a agremiação mais à direita do sistema partidário gaúcho), quer por uma relação de disputa de espaço entre agremiações de importância concorrente no Estado (PMDB e PP), ou por serem os sucessores diretos das forças antagônicas presentes no regime militar (MDB e ARENA), fato é que o PP apresentou apoio parcial aos Governadores do PMDB.

Conclusão

Após o fim do bipartidarismo arbitrário, o subsistema partidário do Estado do Rio Grande do Sul observou o surgimento de quatro agremiações: PMDB, PDT, PDS e o então pequeno PT. Trinta anos depois, disputam as eleições para a Assembleia Legislativa o impressionante número de 30 partidos. As quatro agremiações originais (considerando-se o PP como sucessor do PDS) permanecem como as mais relevantes do cenário político, mas enquanto o PT tornou-se o maior partido na Assembleia Legislativa, com uma bancada de 20% dos deputados estaduais em 2014, os outros três — PMDB, PDT e PP — ficaram restritos a aproximadamente 15% da bancada cada. O PSDB e, principalmente, o PTB, que chegaram a possuir maior expressão, elegeram bancadas modestas em 2014. A legislatura da Assembleia Legislativa escolhida em 2014 trouxe ao Parlamento gaúcho um número recorde de 15 partidos, tornando-se a mais fragmentada desde 1982.

O subsistema partidário gaúcho, para além da estrutura institucional determinada pela legislação federal, reflete ainda a criação de agremiações e migrações de parlamentares em Brasília. Em que pese a fragmentação, é possível apreender do comportamento das agremiações no Estado um padrão de polarização entre dois grupos antagônicos. Um polo é ocupado pelo PT e seu aliado minoritário, o PCdoB, que pode ser identificado como ideologicamente de esquerda. Outro polo, chamado no presente estudo de anti-PT, compreende um conjunto de agremiações que se posicionam ideologicamente entre o centro e a direita: PMDB, PP e PSDB são suas forças principais. Em nenhuma eleição ocorrida entre 1994 e 2014, partidos desses dois polos compartilharam coligações em nível estadual, nem participaram das coalizões de suporte dos Governadores eleitos pelo polo antagônico.

A polarização política no Rio Grande do Sul poderia dar causa a uma situação de paralisia decisória, como prescreve a teoria em casos de sistemas pluripartidários extremados e polarizados. Entretanto, um conjunto expressivo de partidos permaneceu durante o período 1994-2015 em uma posição intermediária entre esses dois polos. Esse grupo de partidos interpolares formaram coligações eleitorais ou apoiaram os Governadores eleitos tanto pelo polo pró quanto pelo anti-PT. A principal força desse grupo é o PDT, mas compreende também o importante PTB, além de outros partidos com pequena representação na Assembleia Legislativa. Ideologicamente, o grupo interpolar possui partidos de diferentes matizes ideológicos. A existência de um contingente de parlamentares em posição interpolar evita que o sistema político gaúcho entre em uma situação de paralisia decisória e permite a formação de coalizões de governo majoritárias, como indica a difícil, mas factível, aprovação de projetos de aumento da alíquota do ICMS em quatro situações.

Coligações partidárias formalmente majoritárias na Assembleia Legislativa não resolvem a questão da governabilidade no Rio Grande do Sul, tendo em vista três questões estruturais. A primeira refere-se à existência dos quatro partidos que se mantêm grandes em relação ao sistema partidário (PT, PP, PMDB e PDT), mas ainda assim, com baixa representação no plenário da Assembleia Legislativa. Nenhum deles conseguiria formar maioria parlamentar sem o apoio de ao menos um dos outros três. Portanto, as coalizões de situação na ALERGS serão compostas com a participação de uma ou duas agremiações que contrastarão, em importância eleitoral e parlamentar, com o partido do Governador (supondo-se que o Governador pertença a um desses partidos). Caso o Governador seja eleito por um partido menor, como ocorreu com Crusius, eleita pelo PSDB, ele estará ainda mais vulnerável às estratégias e projetos autônomos dos maiores partidos.

O segundo problema refere-se à disciplina e/ou à coesão partidária. Os deputados geralmente gozam de liberdade para votarem no plenário da Assembleia Legislativa e também nas comissões de maneira diferente da posição de seu partido. Assim, um deputado de um partido de apoio ao Governador pode optar por votar de maneira distinta à defendida pelo governo em projetos de maior repercussão social, especialmente se a matéria pesar negativamente no grupo de seus eleitores ou junto às associações de interesse com as quais o deputado se relaciona. As próprias lideranças das maiores forças partidárias situacionistas na Assembleia podem não apoiar o Governador, com baixo risco de que essa atitude cause a exclusão desses partidos da coalizão. Isso deixa o Governador com a difícil tarefa de angariar apoio para suas propostas com os parlamentares individualmente, até mesmo entre os membros de partidos que formalmente apoiam o governo, mas não se comprometem nas votações no plenário.

O terceiro problema decorre do cruzamento do posicionamento ideológico dos partidos em relação à dinâmica das coalizões polares. Uma coalizão centrada no PT (um partido de esquerda), para ser majoritária, normalmente vai exigir a participação de partidos do grupo interpolar mais próximos do centro (PDT e PTB). As coalizões anti-PT possuem potencialmente um contingente maior de parlamentares, mas a diversidade de partidos que as compõem cobra um preço em termos de unidade. O exemplo dos três projetos de aumento da alíquota do ICMS encaminhados por Governadores do PMDB é ilustrativo. O apoio dos outros partidos do polo anti-PT foi parcial e, sobretudo nos Governos Rigotto e Sartori, a colaboração de partidos interpolares, ideologicamente diversos, foi indispensável para aprovação dos projetos.

A amplitude ideológica das coalizões, sua constituição por partidos de importância equivalente e a ausência de garantia da disciplina e/ou coesão partidária são fatores que limitam a utilidade da engenharia das coalizões partidárias para os Governadores gaúchos. Nesse sentido, a estrutura partidária não esgota o problema da governabilidade, ou seja, não é suficiente para garantir ao Governador condições de negociar, acordar e aprovar inovações que respondam aos desafios do Estado. A necessidade de contar com o apoio de bancadas de um deputado sozinho e de barganhar com frações de partidos aumenta os custos de negociação entre o Executivo e o Legislativo e torna os acordos menos transparentes para o escrutínio da sociedade. Inexistindo o empenho dos partidos na negociação política, mais provavelmente entra no cálculo de incentivos para o comportamento dos atores bens não públicos, mas contrapartidas particulares ou paroquiais. Mais importantes, portanto, tornam-se os recursos substantivos de poder manipulados pelo Governador do Rio Grande do Sul: a disponibilidade de cargos de confiança e de recursos financeiros para ações e obras de interesse dos parlamentares (Oliveira, 2016).

Em que pesem esses limites, os partidos políticos ainda são peças estruturantes do sistema político gaúcho. Do ponto de vista da representação política, existe uma coerência difusa entre o posicionamento ideológico das agremiações, sua participação nas coligações que animam as disputas eleitorais — especialmente para o cargo de Governador — e as coalizões de apoio e oposição aos governos. Os principais partidos políticos, PMDB, PP, PDT e PT, carregam sob suas legendas vestígios de suas trajetórias ao longo dos últimos trinta anos, fornecendo pistas, até o momento úteis, sobre como se comportarão em relação aos seus antagonistas.

Esta pesquisa não permite afirmar se, e em quais circunstâncias, os eleitores gaúchos utilizam as bandeiras partidárias para instruir sua decisão diante das urnas. Ainda assim, a manutenção dessas forças políticas centrais de eleição em eleição desafia a fragmentação do sistema partidário no Rio Grande do Sul. O impacto de agremiações de desempenho mais volátil (PTB, PPS, PSDB e PSB) e daquelas menores, como as que recentemente apareceram na Assembleia Legislativa (PSD, PR, PRB, PV e PPL), mesmo que importante, não descaracterizou os contornos das opções partidárias disponíveis aos eleitores. Embora exija outros esforços de investigação, não parece ser esdrúxula a proposição de que os eleitores encontram nas principais legendas partidárias, ou ao menos na dinâmica PT *versus* anti-PT, um lastro estruturador de suas opções políticas e de manifestação de suas preferências. Além disso, como ressaltado, a polarização efetiva do campo político não contradiz a estrutura de identidades ideológicas do sistema partidário. Antes, essas duas configurações se sobrepõem e potencialmente se fortalecem mutuamente, oferecendo aos eleitores pistas importantes para sua decisão eleitoral.

O atual momento político vivido no Brasil apresenta novos e importantes desafios para o sistema partidário gaúcho. Um movimento que parece iniciado nas Jornadas de Junho de 2013, que é marcado com mais veemência pela crise econômica e política do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff e por seu afastamento da Presidência em 2016, coloca em questão a dinâmica das coalizões pró e anti-PT. A eventual perda de importância eleitoral do PT no Rio Grande do Sul teria o efeito de aumentar a concorrência entre os partidos nas eleições para Governador, especialmente entre PMDB, PP e PDT, além de fortalecer as opções extrapolares e interpolares de esquerda, como o PSOL, o PSB e o PDT. Por outro lado, o exemplo do PDT e do PP demonstra ser possível certa autonomia dos partidos gaúchos em relação aos seus destinos em âmbito nacional, o que pode levar à estabilidade do subsistema partidário do Rio Grande do Sul, mesmo com a deterioração da dinâmica PT *versus* anti-PT.

Referências

- BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (RS). **Resultados Eleitorais**. 2016. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais**. 2016a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-anos-anteriores>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. C. A quem serve o Graal? **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, maio/ago. 2012.
- GALLAGHER, M. **Election indices dataset**. 2015. Disponível em: <http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/EISystems/index.php>. Acesso em: 10 maio 2016.
- GERCHMANN, L. PMDB racha no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u24982.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- JOCKYNAN, A. PDT formaliza apoio a Olívio no segundo turno. **Agência Senado**, 1998. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1998/10/zn100740.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- KING, A. Political Parties in Western Democracies. **Polity**, Basingstoke, v. 2, n. 2, p. 111-141, 1969.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. "Effective" Number of Parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.
- MÜLLER, W. C. Political parties in parliamentary democracies: making delegation and accountability work. **European Journal of Political Research**, [S.l.], v. 37, n. 3, p. 309-333, 2000.
- MULLINS, W. On concept of ideology in Political Science. **The American Political Science Review**, Denton, TX, v. 66, n. 2, p. 498-510, June 1972.
- OLIVEIRA, A. N. C. Desafios políticos do Rio Grande do Sul: a decisividade do Governador. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 135-148, 2016.
- OLIVEIRA, A. N. C. O Sistema Partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8., 2016a, Porto Alegre. **[Anais...]**. Porto Alegre: FEE; PUC/RS, 2016a. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/8/14_AUGUSTO-NEFTALI-CORTE-DE-OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- PICOLOTTO, V. Interpretação pós-keynesiana da política tributária do RS de 1995 a 2014. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8., 2016, Porto Alegre. **[Anais...]**. Porto Alegre: FEE; PUC/RS, 2016. Disponível em: <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/102_VOLNEI-DA-CONCEICAO-PICOLOTTO.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- POWELL, G. B. **Elections as Instruments of Democracy**: majoritarian an proportional visions. New Haven: Yale University, 2000.
- POWER, T. J.; ZUCCO JUNIOR, C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, PA, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Departamento de Taquigrafia**: seções plenárias. 2016. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Pesquisa de Proposições Legislativas**. 2016a. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ProjetosdeLei.aspx>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SEABRA, C. Planalto apoia PSD de olho no Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2407201117.htm>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TRINDADE, H.; NOLL, M. I. **Rio Grande da América do Sul: partido e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA. Instituto de Iberoamérica. **Estudio 75: Brasil: Encuesta a Diputados Brasileños 2007-2011**. Salamanca, 2012. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Brasil/Marginales_Brasil_75.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.